



MEMO C nº 06

Em 06 / 09 /84

Do DETED

Ao DEPLA

É intenção do MOBRAL dar continuidade ao momento de difusão dos Referenciais Básicos para a Educação de Adultos, através de uma ampla proposta de cooperação técnica com as COORD, subsidiada, principalmente, pelas demandas apontadas pelas equipes desse nível administrativo.

Nesse sentido, o DETED, no exercício de sua competência de promover a capacitação a nível de MOBRAL Central e COORD, está estruturando a referida proposta prevista para deslanchamento a partir de outubro do corrente ano.

Um dos temas a ser discutido relaciona-se à metodologia de educação comunitária preconizada para o desenvolvimento da ação educativa do MOBRAL.

A equipe do Departamento Técnico-Educacional — DETED produziu e está encaminhando o documento "Subsídios para o desenvolvimento de uma educação comunitária no âmbito do MOBRAL". Trata-se de um trabalho que discute aspectos da prática dessa metodologia, avançando nas reflexões contidas em dois outros documentos:

- . Como As Verdades se Fazem e Refazem na História
- . Referenciais Básicos para a Educação de Adultos no Âmbito do MOBRAL.

Nesse momento, o documento na sua versão preliminar está sendo encaminhado às COORD e a todos os Departamentos do MOBRAL Central para análise crítica e sugestões que venham a contribuir para a forma final do documento.

Nesse sentido, solicitamos a apreciação desse Departamento até 14/09 para que, em tempo hábil, possa se proceder à versão definitiva do trabalho.

Atenciosamente,

Maria Terezinha Éboli Botelho Benjamin
Chefe do Departamento Técnico-Educacional

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC
SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS - SEPS
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL
DEPARTAMENTO TÉCNICO-EDUCACIONAL - DETED

SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA
EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA NO ÂMBITO DO MOBRAL

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1984.

SUMÁRIO

PÁG.

1.	APRESENTAÇÃO	01
2.	INTRODUÇÃO	02
3.	EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA	04
3.1	A Elaboração do Conhecimento	06
3.2	O Papel do Agente na Produção do Conhecimento	09
3.3	O Papel do Agente Junto à Comunidade	11
3.4	A Comunidade e as suas Formas de Organização	11
4.	SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO E DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA DO MOBREAL	13
4.1	Considerações Metodológicas Gerais	13
4.2	A Metodologia da Educação Comunitária no Âmbito das Comunidades	14
4.3	A Metodologia da Educação Comunitária no Âmbito da Capacitação de Agentes e das Ações Educativas.....	16
4.3.1	Na Capacitação de Agentes	16
4.3.2	Nas Ações de Educação de Adultos	18
4.3.3	Nas Ações de Apoio ao Sistema	19
4.4	O Papel da COMUN	20
5.	BIBLIOGRAFIA	22

1. APRESENTAÇÃO

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma concepção teórico-prática da educação comunitária no âmbito do MOBRAL, visando subsidiar as COORD na sua prática educativa.

Tal concepção constitui um detalhamento da metodologia de educação comunitária a que se referem os documentos " Diretrizes de Atuação do MOBRAL " (Doc. 07 - MEC/Secretaria Geral - 1982) e " Referenciais Básicos para a Educação de Adultos no Âmbito do MOBRAL " (MOBRAL / 1984).

O documento reflete, assim, aspectos da prática da educação comunitária que a Instituição já vem desenvolvendo e procura dar a essa prática uma sistematização que se constitua em referencial para a ação.

2. INTRODUÇÃO

O homem cria, desenvolve e transfere de geração a geração saberes próprios que são expressos através de sua cultura. Esses saberes são enriquecidos, transformados e reconstruídos, em cada ato de ensinar e aprender, e estão presentes no dia-a-dia das pessoas, em suas atividades ligadas ao trabalho, alimentação, diversão, religião, saúde, educação dos filhos, problemas familiares, solidariedade grupal, e outros.

Isto configura um sistema de educação informal, produzido pela própria população e ligado diretamente a sua experiência de vida, necessidades de sobrevivência e formas de organização social.

O MOBREAL, por se preocupar com o educando dentro de seu contexto social, busca desenvolver suas ações, tendo como referencial esses mecanismos próprios de educação da comunidade. Nesta perspectiva, concebe a educação como um processo, na medida em que se dá ao longo da existência do indivíduo e abrange todo o seu espaço de vida (espaço social, cultural, econômico, político etc.). Desta forma, ultrapassa-se a proposta de uma educação-produto. *

Embora esse produto interesse à população e aos educadores, traga benefícios imediatos e dê instrumentos para que a população passe a atuar de forma mais efetiva na sociedade, é tal processo o elemento mais importante a ser considerado num trabalho educativo.

* A educação-produto se preocupa com a assimilação de determinados conteúdos pelos educandos, em tempo determinado, considerado adequado para a obtenção dos objetivos propostos.

A educação-processo se preocupa com os conteúdos, mas os objetivos são definidos pelos educandos, dentro de seu tempo e espaço de vida.

Isto porque, para que a população se beneficie, de fato, do produto da educação, é necessário que as pessoas conheçam e discutam a contribuição que ele pode trazer para a melhoria das suas condições de vida.

Qualquer instituição educacional, governamental ou não, quando desenvolve programas/projetos educativos visando atender às necessidades da população, deve levar em consideração estes aspectos. Embora suas propostas tenham a intenção de contribuir para a melhoria de vida das pessoas e sejam baseadas em diagnósticos, para que realmente prestem serviços, é necessário que elas garantam um espaço às comunidades, no sentido de que lhes seja assegurado o direito de participar das decisões e contribuir, tanto na discussão/adequação, como na concretização das propostas educativas.

Quanto maior for o espaço da população para administrar suas próprias propostas, maior será o seu engajamento e participação e, conseqüentemente, menos manipuladora e paternalista a proposta institucional. Na medida em que houver esse espaço para a população formular e desenvolver propostas educativas de seu interesse, maiores serão as possibilidades de as instituições adotarem políticas e diretrizes compatíveis com as reais necessidades de sua clientela.

Vale lembrar que a própria população tende, a princípio, a delegar as iniciativas e o poder de decisão ao técnico (agente), por ele possuir qualificação profissional, um "saber legitimado" pela sociedade. Devido a isso, é comum, no início de um trabalho, a população se colocar numa postura de observadora, não expressando o seu conhecimento.

Ao longo de seu trabalho junto às comunidades, cabe ao agente o papel de assessorar a população, para que esta discuta seus conhecimentos, troque suas experiências e administre as suas próprias propostas. Este procedimento é fundamental para se assegurar o caráter educativo de uma proposta de educação não-formal.

Outro aspecto a ser considerado na conciliação das ofertas da Instituição com os anseios da comunidade, é que, se por um lado as instituições têm sua estrutura de trabalho, suas diretrizes e seus objetivos, por outro, os grupos têm uma percepção muito clara de sua realidade e do que necessitam, proveniente da experiência de vida.

O essencial é que uma instituição voltada para a Educação de Adultos desenvolva os seus programas de forma flexível/adaptada aos interesses dos grupos, e nunca leve para campo propostas de trabalho fechadas.

Podemos concluir, portanto, que o MOBREAL, ao planejar ações educativas que se caracterizam pela relação Instituição/Comunidade, deve considerar quatro aspectos que se inter-relacionam:

- . o contexto da comunidade - sua realidade social, econômica, política e expressões culturais;
- . a participação popular na elaboração da proposta - a possibilidade de discutir/adequar e concretizar suas propostas;
- . a contribuição dos técnicos - a construção do conhecimento entre a população e técnicos;
- . o aspecto administrativo da Instituição - objetivos, regulamentos, normas e diretrizes, estrutura e recursos.

3. EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

Muitas pessoas pensam a educação como uma possibilidade de adquirir conhecimentos e habilidades, que lhes permitam transformar as condições em que vivem.

Acreditar que a educação, sozinha, detém esse poder, é ter uma visão ingênua da questão, pois não é só a educação que vai formar ou transformar a sociedade.

Outras variáveis, ligadas ao sistema político e econômico, detêm mais essa possibilidade de transformar do que a variável educação.

Acreditamos que, entre as propostas educativas ditas não-formais, é a educação comunitária a que mais tem condições de levar a uma

melhoria das condições de vida * das pessoas, por estar mais comprometida com os anseios populares e mais aberta a sua participação.

" Educação comunitária significa sobretudo repor o elemento participativo no processo pedagógico. Significa recuperar a perspectiva etimológica do termo 'educar': retirar de dentro, promover as potencialidades próprias do educando, sem impor. Significa jogar na conquista de autonomia e auto-sustentação, como componente fundamental da política social. Significa dizer que o fenômeno da ascensão social existe de modo satisfatório somente onde o pobre é o sujeito principal do processo. Significa aceitar que a vida comunitária é referência educativa mais importante que a própria escola, mesmo porque esta é simples expressão daquela. Significa recolocar a necessidade de adequação da educação ao contexto social da comunidade, evitando-se atrelamento a propostas estranhas ou impostas..." **

A educação comunitária deve ser entendida, assim, como uma metodologia que trabalha o modo educativo de se desenvolver uma ação.

A educação comunitária, enquanto metodologia, pode ser entendida se nos detivermos mais na maneira ou em "como" realizamos nossas ações, isto é, ou nos preocupamos com a ação em si, nela mesma, ou nos preocupamos com o que a ação permite em termos de educação. Para que uma ação tenha realmente um caráter educativo, a preocupação básica deve ser com "o que" a população pode aprender através de uma determinada ação. Neste caso, educação comunitária é entendida como uma metodologia que propicia uma pedagogia de troca. Esta pedagogia não é uma simples troca de experiências entre o agente e a população, mas sim uma concepção de trabalho que consiste em analisar criticamente a realidade, de tal forma que se chegue a uma leitura dessa realidade, ou seja, à construção de um novo conhecimento. A forma pedagógica de se fazer essa releitura consiste em partir do simples para o complexo, do conhecido para o desconhecido, do percebido para o não percebido,

* Neste trabalho, o conceito de condições de vida refere-se ao conjunto de necessidades humanas, e não somente a uma parte delas. Refere-se à distribuição equilibrada e igualitária dos fatores que satisfazem as necessidades básicas mais evidentes (tais como saúde, moradia, trabalho, alimentação) e, também, as necessidades não-materiais menos evidentes, como a necessidade de participar e de ter influência sobre as decisões políticas que afetam a vida das pessoas.

** DEMO, Pedro. "Educação Comunitária". MEC. Brasília/DF/out./1979.

do relacionado para o não relacionado, até se construir um "novo conhecimento da realidade".

Para fins deste trabalho deve-se entender a educação comunitária como uma prática educativa, que é também social - parte da atividade social global. (conjunto de todas as práticas, ou seja, prática econômica, prática política, social, etc.) Sendo, portanto, a educação comunitária uma prática social, ela tem, como "matéria-prima" a ser trabalhada, o conhecimento das camadas populares e dos agentes. Ocorre, enquanto prática, nas mais diversas situações ou atividades, tais como: numa reunião de bairro, num grupo de igreja, etc., correspondendo, sempre aos interesses comuns entre os indivíduos, que vão desde aqueles relacionados à melhoria das condições de vida, até os mais gerais, ou seja, relacionados à sociedade como um todo. Deste modo, toda reflexão teórica dessa prática responde sempre a uma problemática educativa cotidiana.

Conclui-se, assim, que a prática educativa não ocorre no vazio, e sim a partir de uma determinada realidade social. No entanto, para que esta prática ocorra de forma educativa, é necessário que se trabalhe pedagogicamente, junto aos grupos, alguns pontos que são essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, ou seja, deve-se assessorar os grupos, no sentido de que eles:

- . conheçam e entendam as causas que determinam a sua problemática social;
- . conheçam e discutam os limites que interferem em suas ações;
- . reflitam, no sentido de conhecer as possibilidades de interferir na realidade;
- . busquem o seu fortalecimento, através do estreitamento de laços de solidariedade, para uma participação mais efetiva.

3.1. A Elaboração do Conhecimento

É o conhecimento da realidade que deve determinar a necessidade de se concentrar esforços para o trabalho educativo. No entanto, para se iniciar este trabalho, é fundamental que se parta do conhecimento, fruto do cotidiano das pessoas, ou seja, como cada

um apreende e explica as coisas, os acontecimentos da vida: o trabalho, as relações decorrentes do trabalho, expressas nos grupos e órgãos de representação de classe, as relações pessoais, a família, os costumes, os valores, etc.

À medida que o processo grupal vai se ampliando, esta maneira das pessoas apreenderem e explicarem os acontecimentos também vai se modificando. Isto porque, neste processo de relação entre os homens, há uma construção e reconstrução do conhecimento, entendido como "saber do dia-a-dia", mas que, trabalhado dialeticamente, resulta num conhecimento que dá conta e se empenha em atender aos interesses e necessidades dos homens.

Deste modo, tal conhecimento, que tem a ver com a vida dos homens e com a sua situação na sociedade, é elaborado por um tipo de educação que podemos chamar de "educação comunitária", produtora de um saber-fazer, um saber útil, um saber que leva os homens a se organizarem em grupos, voltados aos seus interesses, e a se representarem enquanto classe.

Nesta produção de conhecimento aparece, sem dúvida, a figura do técnico ou do agente, conforme se quiser chamar. O agente deve trabalhar na "re-criação" do saber dos grupos sociais, ou seja, ouvir e considerar o saber da população e também passar o seu conhecimento enquanto indivíduo e técnico de uma instituição. E mais: trabalhar, em conjunto com o povo, as técnicas, os instrumentos e a metodologia do processo educativo, para que a população produza um novo saber.

Nesta reconstrução do conhecimento, que ocorre através da relação criativa e igualitária do técnico com a população, abre-se um espaço para que o trabalho participativo e educativo aconteça. É este procedimento que faz com que a população se aproprie do trabalho, tornando-se, de fato, o verdadeiro sujeito das suas ações. Tal apropriação acontece, na medida em que a população participa de todo o processo educativo, que abrange o diagnóstico, o planejamento, a execução, a avaliação, etc.

É preciso, então, que fique claro o que se entende por essa participação no processo educativo.

Se a prática da educação comunitária reside num saber que fortalece os homens, e se os homens estão organizados em grupos sociais, quer por categorias, quer por classes sociais, o elemento-chave desta organização, na verdade, é a participação.

Portanto, a participação deve ser entendida como a capacidade de intervenção que estes grupos sociais têm nas mudanças das condições de vida da sociedade.

Se a educação comunitária é uma educação dos direitos e não somente dos deveres, e se o agente trabalha a população a partir da prática-problemática educativa cotidiana- ele faz, sem dúvida, uma reflexão teórica, que é a forma mais concreta de participação, enquanto exercício, que a população faz em cima de sua história.

No âmbito das ações educativas propriamente ditas, a participação deve ser entendida e vivenciada, quanto:

- . à definição de espaço, tempo, formas e meios de trabalho;
- . à determinação de objetivos e conteúdos dos projetos educativos;
- . ao desempenho e elaboração de materiais didáticos;
- . à avaliação das ações/projetos desenvolvidos.

A participação em todos os níveis é, no entanto, um exercício gradativo e diferenciado de grupo a grupo. Dentro de um mesmo município, pode-se ter estágios distintos dessa participação, de acordo com as características dos grupos com os quais se trabalha.

Em termos da participação da clientela nas ações educativas, não basta dizer da importância desta participação, nem simplesmente consultá-la, mas também compartilhar com ela do momento da formulação de suas expectativas em relação ao desenvolvimento dos projetos.

Cabe, aqui, uma reflexão sobre a relação de troca, eleita como indispensável na vivência de um processo comunitário, na produção de novos conhecimentos. Nesta relação de troca, é fundamental que ambas as partes que se relacionam, tenham efetivamente o que dizer, para concretizar o que existe a ser trocado. Trata-se de uma postura a ser fortalecida entre todos os envolvidos numa

determinada prática educativa, sob pena de, em nome de se privilegiar a participação, se chegar ao radicalismo de delegar tudo às comunidades, aos grupos, numa atitude que no fundo mascara uma sonegação de conhecimentos. Há uma especificidade no papel do agente; ele é o detentor de um conhecimento que deve ser colocado a serviço das populações.

No conjunto destas reflexões é que se situa a questão da participação da clientela nas ações educativas.

De que modo viabilizar uma atuação participativa da clientela nas definições quanto aos projetos a ela destinados?

Fórmulas não existem para tal exercício, que vai se construindo na própria prática. Importa é que fiquem claros, explicitados para a clientela, pontos conhecidos pelos agentes e que devem ser discutidos com os grupos.

Poderão servir de base para estas discussões, indagações tais como:

- . o que geralmente faz parte de um projeto educativo (objetivos, conteúdos, métodos, material didático, duração, locais e horários de funcionamento etc.)?
- . por que cada uma destas partes deve ser definida? quem as define e como são definidas?
- . de que modo cada grupo pode participar desta definição?

3.2 O Papel do Agente na Produção do Conhecimento

O agente, ao desenvolver o seu trabalho junto a uma dada população, deve ter em mente que seu compromisso com a comunidade não se restringe somente ao aspecto pedagógico e educativo. É importante que, acima de tudo, o agente tenha um " compromisso político" * com a população, colocando seu conhecimento a serviço dela.

* Aqui entendido não como partidário político e sim como reforço às propostas das camadas populares.

O agente deve possibilitar e, até mesmo, negociar com a instituição, quando isso não for uma prática dela, para que o conhecimento da comunidade, onde se vai desenvolver o trabalho, seja discutido e aprofundado pelo agente com a população. *reconstruído pela instituição.*

Este momento oportuniza a ampliação do conhecimento da população sobre a sua realidade e sobre os recursos com que poderá contar no seu processo de trabalho. Por outro lado, este momento contribui para complementar os dados já conhecidos pelo agente.

É importante enfatizar que o conhecimento que se produz na relação agente-clientela não se restringe a um momento, mas ocorre e vai sendo construído, ampliado e aprofundado ao longo de todo o trabalho.

Os dados da realidade que o agente possui devem servir de elemento "facilitador", para que a população amplie a sua visão do contexto sócio-econômico, a fim de que ela tenha condições de fazer, como já se afirmou anteriormente, uma releitura dessa realidade.

Considera-se, pois, que o papel do agente deva ser não o de de condutor nem de dinamizador do processo educativo, mas sim de sistematizador do processo social dessa população.

No entanto, para que o agente desenvolva esse processo de forma pedagógica/participativa, é necessário que ele tenha:

- a. um referencial teórico;
- b. uma postura educativa que valorize o saber, lógica, linguagem e ritmo da população;
- c. equilíbrio entre a prática e a teoria;
- d. a capacidade de privilegiar o exercício da cidadania, no sentido de fazer a população conhecer, de fato, seus direitos e deveres, numa visão crítica da realidade;
- e. capacitação dentro de um método reflexivo onde se privilegie o conhecimento/reflexão/ação, pois esse método não é estático nem tampouco linearmente desenvolvido, ele não segue uma seqüência metodológica.

O agente, então, tem um papel de instrumentalizar tecnicamente o educando, contribuindo para que ele se organize e seja o sujeito do seu próprio processo histórico.

3.3 O Papel do Agente Junto à Comunidade

Em um trabalho de educação comunitária, é fundamental que se parta sempre daquilo que a comunidade já faz ou já conhece, a fim de que o trabalho se desenvolva da forma mais educativa/participativa possível. Deve desencadear-se, preferencialmente, a partir de formas de organização existentes na comunidade, uma vez que já têm uma estrutura definida e uma proposta de trabalho concreta e em desenvolvimento, bem como uma "história de vida" conhecida. Neste caso, o agente apenas estimula o fortalecimento dos grupos e sistematiza o processo educativo.

3.4 A Comunidade e as suas Formas de Organização

Ao se iniciar um trabalho social, deve-se ter em mente que as populações possuem suas próprias formas de organização, mesmo que, num primeiro momento, estas formas não fiquem evidentes para o agente em campo. É a partir de tais formas de organização que o agente deve iniciar o seu trabalho.

Os critérios adotados, pelo MOBREAL, para caracterização dos grupos baseiam-se em sua prática educativa. Sabe-se, no entanto, que existem outros referenciais teóricos para se distinguir e identificar grupos, como, por exemplo, aquele que parte da posição que cada grupo ocupa na estrutura social do município. É esse tipo de análise que nos permite conhecer os grupos que têm maior peso para encaminhar propostas que visem modificar as suas condições de vida. Como exemplo disso, podemos citar grupos de agricultores ou pescadores num município de economia predominantemente agrícola ou pesqueira, ou grupos de operários numa área altamente industrializada.

Independente da maior ou menor força que cada grupo possui, toda comunidade está constituída por uma variedade de grupos que se distinguem entre si, por seus objetivos, sua forma de organização, grau de formalidade, representatividade, etc.

Alguns grupos podem ter, como característica, a formalidade, aqui entendida sob o aspecto de legalização, do estatuto, de regulamento, para adquirirem, personalidade jurídica. Como exemplo podemos citar:

associações de moradores, sindicatos, cooperativas, associações de classe, etc.

Existem, também, grupos que, embora tenham interesses comuns e possuam objetivos definidos, criam suas próprias regras e se reúnem periodicamente e de maneira informal. Como exemplo, podem ser citados os clubes de jovens, clubes de mães, grupos de pescadores, grupos de agricultores.

Hã, ainda, pessoas que se encontram eventualmente e sem objetivos precisos, mas que mantêm entre si laços de afinidade e interesses variados. Podem ser citados, por exemplo, os grupos que se reúnem para discutir futebol, teatro, cinema, política, música.

Também, são encontrados aqueles grupos que se reúnem para resolver um problema concreto, depois do que, podem cessar de funcionar como grupos. Como exemplo, podem ser citados os mutirões e os movimentos reivindicatórios.

Um caso específico de grupo é o da vizinhança, que se caracteriza por não implicar uma iniciativa das pessoas em se agrupar. Nesta situação, elas já estão agrupadas pela proximidade física (determinada pelo local de moradia), o que faz com que as pessoas tenham problemas comuns, embora muitas vezes apresentem situações de vida diferentes.

É preciso enfatizar que não há uma separação rígida entre esses grupos. Podem-se encontrar pessoas fazendo parte de vários grupos ao mesmo tempo, e grupos interagindo entre si.*

No entanto, não se deve ter uma visão linear desse processo. Nesta interação entre grupos existem confrontos de forças que, muitas vezes, resultam em conflitos, na medida em que são defendidos interesses diversos e até opostos.

* Esses grupos devem ser vistos de uma maneira dinâmica, podendo passar de uma forma de organização para outra.

Esta tipologia buscou esclarecer, de forma didática, alguns aspectos a serem observados na realidade. No entanto, a realidade é bem mais dinâmica e complexa, daí que nem sempre o técnico vai ter, de início, uma visão clara da comunidade e das suas formas de organização. O mesmo processo de conhecimento pelo qual a população passa, o agente também passa, daí a importância de juntos irem fazendo e ampliando suas descobertas - as formas de organização, as relações entre os fatos, as lideranças, os conflitos, a representatividade, as forças e interesses que movem a comunidade. À medida que o agente avança neste processo de conhecimento, ele se esclarece e se compromete com a população.

Isto posto, pode-se concluir que os grupos não se organizam primeiro para depois agir, mas se organizam ao longo das suas ações.

Sabemos que um grupo, que se organiza com o interesse de resolver um problema imediato, pode aos poucos expandir seus propósitos e interesses. Pode ocorrer, assim, que estes grupos ultrapassem a simples questão do usufruto dos serviços a que têm direito.

4. SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO E DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA DO MOBRAL

4.1. Considerações Metodológicas Gerais

A proposta educativa do MOBRAL que, enquanto Educação de Adultos tem áreas de atuação específicas, deve se desenvolver através da metodologia de educação comunitária, "construída a partir de um envolvimento das bases e, em especial, com segmentos mais carentes da população".*

Entende-se que essa metodologia, que tem como princípio básico a participação, deve fortalecer o processo de grupalização, gerar situações de aprendizagem participativa e permitir a construção de propostas educativas conjuntas entre a Instituição e as comunidades.

* MEC/Secretaria Geral - DOC. 07 - "Diretrizes de Atuação do MOBRAL".

O exercício da participação, vista como poder de decisão, supõe a conquista da participação da comunidade (lideranças, participantes e agentes educativos):

- a) no diagnóstico;
- b) na interpretação e encaminhamento de alternativas de solução para seus problemas;
- c) na definição de espaço, tempo, formas e meios de trabalho; na determinação de objetivos e conteúdos dos projetos educativos;
- d) no desenho e elaboração de materiais didáticos;
- e) na avaliação das ações/projetos desenvolvidos.

Partindo-se dessas considerações metodológicas, tem-se, a nível da prática da Instituição, duas situações distintas, mas não excludentes:

- a) abordagem comunitária dos grupos de base, da população de baixa renda, para desencadear um processo educativo conjunto que pode gerar propostas educativas concretas, formuladas, desenvolvidas, avaliadas pelos próprios participantes;
- b) abordagem comunitária a nível das próprias propostas educativas já em desenvolvimento, ou seja, abordagem comunitária na alfabetização, pós-alfabetização, ações de trabalho, saúde, cultura, ações de apoio ao sistema.

Assim, nesse momento, o MOBREAL pode atuar numa mesma comunidade, tanto numa perspectiva de estímulo à formulação de novas propostas educativas, quanto numa linha de aperfeiçoamento das propostas já existentes.

4.2. A Metodologia de Educação Comunitária no Âmbito das Comunidades

Através da metodologia de educação comunitária, o MOBREAL pode desenvolver, com os grupos locais de baixa renda, um permanente processo de diálogo, formulação, desenvolvimento e avaliação de propostas educativas.

Em função desse processo, podem-se obter, a qualquer momento na comunidade, informações fidedignas quanto às reais necessidades da população em relação ao MOBREAL e a outras instituições.

Por isso, o MOBREAL entende a educação comunitária como um processo educativo que tem também a função de subsidiar o planejamento

participativo proposto pela Instituição.

A educação comunitária na prática do MOBRAL, junto à população de baixa renda, pode ser desenvolvida a partir dos seguintes procedimentos:

- ouvir e dialogar com os grupos de baixa renda, quanto a seus problemas e possíveis soluções;
- formular, desenvolver e avaliar, com esses grupos, propostas que visem minorar os problemas discutidos e por eles considerados prioritários;
- orientá-los e apoiá-los na articulação com outros grupos da comunidade e com instituições que possam com eles cooperar na formulação e desenvolvimento de propostas que extrapolem o âmbito da ação educativa do MOBRAL e que sejam de real interesse da população.

Nas discussões que antecedem a formulação das propostas de ação, os participantes do grupo são estimulados a se manifestarem e a dialogarem a partir do conhecimento que têm dos problemas de sua vida diária.

Procura-se estimular e participar da reflexão sobre as causas e possíveis soluções dos problemas em discussão, visando aprofundar, com o grupo, o conhecimento dessas causas e soluções, através da troca do saber do agente com o saber do grupo.

Estes procedimentos possibilitarão ao grupo:

- o planejamento e o desenvolvimento de ações que permitam a transformação progressiva da realidade, visando à melhoria das condições de vida;
- um maior conhecimento e uma visão crítica quanto aos fatores limitantes da solução de problemas que o grupo considera relevantes, mas de perspectivas mais remotas de solução.

O processo de educação comunitária extrapola, portanto, o âmbito de cada projeto educativo do MOBRAL. Ele antecede, permeia e se prolonga para além da duração de cada projeto.

Das ações surgidas neste processo de educação comunitária, aquelas que se relacionarem às áreas de educação supletiva, trabalho e cultura contarão com o apoio técnico, financeiro e material do MOBRAL, conforme as orientações em vigor.

Em relação às propostas surgidas que extrapolem o âmbito da ação

do MOBRAL, a COMUN procurará facilitar a articulação dos grupos com as instituições a que tais propostas estejam afetas.

Portanto, em decorrência deste processo e sempre em função das soluções encontradas e consideradas adequadas pela clientela, podem ser desenvolvidos:

- projetos já formulados pelo MOBRAL, discutidos e aceitos pelos grupos em questão;
- novos projetos formulados pelos grupos com o apoio técnico e/ou financeiro do MOBRAL;
- ações integradas (informais ou formalizadas através de projetos e convênios) do MOBRAL com instituições cujos serviços venham a ser demandados pela população nesse processo educativo.

A metodologia de educação comunitária aqui proposta propicia o fortalecimento dos grupos sociais de baixa renda, tornando-os capazes de atuar frente a seus problemas, de buscar soluções coletivas para sua problemática e de reivindicar junto ao estado, de forma organizada, o que consideram seus legítimos direitos.

Alguns dos mecanismos facilitadores da interação dos grupos de baixa renda com instituições locais são, por exemplo:

- a vinculação dos grupos a associações de moradores, sindicatos, cooperativas e outros órgãos representativos que tenham maior poder de expressão junto a instituições governamentais;
- a participação em conselhos comunitários, constituídos de representantes de instituições e de representantes dos grupos de baixa renda.

4.3 A Metodologia de Educação Comunitária no Âmbito da Capacitação de Agentes e das Ações Educativas

4.3 Na Capacitação de Agentes

O exercício da metodologia de educação comunitária na capacitação dos elementos envolvidos neste processo é condição fundamental para que a prática dessa metodologia seja exercida entre os agentes e os participantes das ações educativas.

Não está em questão, portanto, se deve-se ou não adotar esta perspectiva metodológica no processo de capacitação de agentes, mas sim refletir sobre o melhor modo de exercitar essa prática, que, em si mesma, é um espaço educativo com características singulares.

É inadmissível, por exemplo, pretender que os agentes desenvolvam as ações, respeitando a identidade cultural da clientela, se esta mesma identidade não é respeitada no processo de trabalho com os agentes.

Dentro desta reflexão, o primeiro ponto a ser discutido é o possível significado da adoção da metodologia de educação comunitária na capacitação de agentes.

Tomada esta metodologia como a que "fortalece o processo de grupalização, gera situações de aprendizagem participativa e permite a construção de propostas educativas conjuntas entre a Instituição e as comunidades", tendo como princípio básico a participação, algumas questões, a título de exemplo, podem ser colocadas:

- . de que modo o processo de capacitação dos alfabetizadores pode fortalecer o processo de grupalização destes elementos?
- . como favorecer uma aprendizagem participativa, considerando a necessidade de desenvolver conteúdos específicos?
- . de que maneira estimular propostas conjuntas de capacitação e até onde vão os limites da Instituição, para abrigar diferentes propostas que possam surgir?
- . como respeitar, nas situações de capacitação, as experiências dos agentes, seus valores culturais, seus fazeres e dizeres? De que modo concretizar a produção de um novo conhecimento?
- . como desenvolver um processo de capacitação inserido num espaço cultural definido?

Para encaminhar reflexões sobre as questões colocadas, pode-se dizer que:

- . o fortalecimento do processo de grupalização dos agentes pode partir do conhecimento e da discussão do modo como estes elementos estão organizados nos diferentes grupos em que interatuam e do significado destas formas organizativas para tais elementos; outra instância deste fortalecimento pode ocorrer a partir da discussão da própria condição de agentes do grupo ali reunido;
- . o desenvolvimento de uma aprendizagem participativa implica, antes de colocar quais são os conteúdos específicos necessários, analisar o porquê desta necessidade dentro do processo de capacitação; neste ponto é fundamental o conhecimento do perfil dos alfabetizadores, por exemplo, também na área do domínio das habilidades básicas do ato de alfabetizar;
- . o estímulo a propostas conjuntas de capacitação pode se dar nessa própria situação, levantando-se melhores e possíveis formas de organização destes momentos, em termos de distribuição da carga horária, localização do evento, agrupamento dos agentes, prioridade dos conteúdos, formas de avaliação, expectativas e usos da certificação;

- o respeito, a consideração da experiência dos agentes pode se dar a partir do conhecimento e discussão da visão do mundo destes agentes; do conhecimento, da discussão e da organização da própria experiência; da identificação conjunta do que falta neste conhecimento; do aprofundamento e da busca de novas informações que aprofundem o conhecimento já adquirido.

4.3.2 Nas Ações de Educação de Adultos

Neste âmbito, a prática da metodologia de educação comunitária pode se dar através do exercício do processo de consulta aos grupos, quanto às suas expectativas em relação:

- ao desenvolvimento da própria ação educativa:
 - se os locais/dias/horários de funcionamento estão adequados ao grupo;
 - se o modo de desenvolvimento da ação educativa (metodologia) está adequado ao grupo;
 - se o material utilizado está adequado ao grupo;
 - se o que é discutido (conteúdo) no desenvolvimento da ação educativa está adequado ao grupo;
 - se a convivência em grupo está permitindo a discussão de questões próprias à situação social comum a todos;
- ao desenvolvimento de ações simultâneas:
 - se o grupo tem interesse no desenvolvimento de outras ações e que características teriam tais ações;
- a continuidade das ações:
 - se o grupo tem interesse em dar continuidade às ações que desenvolve;
 - se o grupo tem expectativas com relação a cursos que dão continuidade, por exemplo, à alfabetização, em termos de:
 - locais, dias, horários de funcionamento dos cursos;
 - conteúdos e modo de desenvolvimento dos cursos;
 - material a ser utilizado nos cursos.

A prática desta metodologia implica que, junto com o próprio grupo, o resultado do processo de consulta seja permanentemente discutido e transformado, sempre que for o caso, em ações concretas. Neste ponto, vale atentar para a importância do papel do agente enquanto elemento que realmente exerce uma relação de troca, com os participantes, ou seja, como quem efetivamente coloca sua percepção a serviço das discussões geradas em grupo, partilhando

inclusive do processo de formulação das questões afetas a esses elementos.

4.3.3 Nas Ações de Apoio ao Sistema

a) Educação Prê-Escolar

Neste âmbito, a prática da metodologia de educação comunitária pode se dar:

- . na reflexão dos monitores sobre sua atuação junto às crianças, no sentido de se verificar se:
 - as atividades desenvolvidas estão fundamentadas na realidade das crianças;
 - existe participação das crianças na seleção de atividades a serem desenvolvidas, ou seja, se existe um planejamento participativo das ações;
 - são realizados trabalhos que preparem a criança para as mudanças que ocorrem na sociedade;
 - no diálogo com as crianças há estímulo para que coloquem os próprios sentimentos e expressões da realidade em que vivem;
 - tem sido possibilitado à criança vivenciar, em suas atividades, diversos processos de grupalização;
 - tem sido desenvolvidas atividades que favoreçam a autonomia, o espírito crítico, possibilitando uma maior participação das crianças;
- . na reflexão dos monitores sobre sua atuação junto aos pais dos alunos, no sentido de verificar se:
 - o monitor tem refletido, com os pais, sobre sua participação na educação dos filhos;
 - o monitor tem discutido, com os pais, sobre as funções da pré-escola na comunidade;
 - o monitor tem favorecido uma reflexão sobre a realidade sócio-econômico-cultural da comunidade, na busca de possíveis soluções;
 - os pais têm tido poder de decisão quanto ao desenvolvimento da ação educativa na pré-escola, ou simplesmente há utilização de seus serviços;
 - há um envolvimento dos pais no desenvolvimento das Unidades de Prê-Escolar; (levantamento das necessidades, planejamento, execução e avaliação);
- . no processo de capacitação de monitores do Prê-Escolar, que deve ser orientado pelos mesmos princípios colocados para os agentes das demais ações.

b) Atendimento à Clientela de 9 a 14 anos

Neste âmbito, a prática da metodologia de educação comunitária pode se dar:

- . na reflexão dos monitores sobre sua atuação junto à clientela, no sentido de verificar:
 - o nível de conhecimento da clientela, em termos das características sócio-econômicas e culturais;
 - a adequação do modo de desenvolvimento do projeto às características da clientela (conteúdo, método, material didático, horário, dias de funcionamento, etc.);
 - o nível de favorecimento à participação da clientela nas decisões quanto ao melhor modo, para ela, de desenvolvimento do projeto.

4.4 O Papel da COMUN

As pessoas da COMUN que têm sensibilidade, interesse e disponibilidade para o trabalho comunitário, promovem e articulam o processo de educação comunitária proposto pelo MOBREAL, com o apoio do SA e da COORD.

Estes membros da COMUN mantêm contínuo trabalho de reflexão e de formulação e desenvolvimento de propostas de ação com os grupos de baixa renda.

Estas atividades possibilitarão à COMUN dispor de informações sempre atualizadas quanto às demandas educativas da população, nas áreas de educação supletiva, trabalho, saúde e cultura, de modo a subsidiar o planejamento participativo.

Para o desenvolvimento das propostas de ação, formuladas com os grupos neste processo, em complementação aos recursos locais, podem ser utilizados recursos do MOBREAL para gratificação dos monitores e para outros fins, conforme orientações em vigor.

Os monitores destas propostas ou projetos atuarão de modo coerente com a metodologia de educação comunitária aqui expressa. Neste sentido, devem ser capacitados e orientados pelos membros da COMUN e SA.

No âmbito do MOBREAL, portanto, os agentes de educação comunitária

são:

- os membros da COMUN, que atuam junto aos grupos de baixa renda, visando à formulação de propostas educativas;
- os monitores dos projetos educativos, formulados e desenvolvidos em decorrência da atividade anterior;
- os próprios elementos dos grupos.

Faz-se necessário que os membros da COMUN, antes e durante o trabalho com os grupos de baixa renda, procurem conhecer melhor:

- as principais atividades econômicas do município e o modo pelo qual a população usufrui dos bens produzidos;
- a dimensão e a distribuição da população de baixa renda do município, suas formas de organização, os problemas que mais a afetam e as ações que desenvolvem, no sentido de minorá-los;
- as instituições/entidades do município e as ações que desenvolvem frente aos problemas mencionados;
- as possibilidades e os limites das ações das instituições/entidades e dos grupos de baixa renda frente aos problemas que se apresentam;
- as sugestões de ações alternativas por parte de técnicos, líderes e da própria população;
- as causas e possíveis soluções dos problemas da população de baixa renda, levando em conta os aspectos anteriores, além de outros.

Este conhecimento pelas pessoas da COMUN possibilitará uma maior contribuição destas pessoas:

- na reflexão e na elaboração, execução e avaliação, com os grupos de baixa renda, de projetos relativos ao MOBREAL;
- na capacitação e acompanhamento dos monitores dos projetos;
- no encaminhamento de propostas dos grupos relativas a outras instituições.